

EDITORIAL

Editorial:

Políticas Públicas e as Forças Militares

As Forças Militares são, por sua própria estrutura e missões, instituições muito complexas, dificilmente comparáveis dentro do quadro institucional mais geral da sociedade. Por exemplo, em pouquíssimas categorias profissionais, o risco de vida está implícito ao exercício cotidiano da atividade. Do mesmo modo, o manuseio cotidiano de equipamentos letais como explosivos, armamentos e munições, participação em missões militares dentro e fora do país e deslocamentos constantes ao longo da carreira são peculiaridades que tornam a atividade profissional em instituições militares um permanente desafio. Mesmo que em seu cotidiano de trabalho as FFAA realizem atividades-fim que constituem parte de políticas públicas, como a Política Nacional de Defesa, operações de Garantia da Lei e da Ordem e de Defesa Civil, os trabalhadores das instituições militares podem ser, eles também, destinatários de ações assistenciais e de promoção de cidadania. Por exemplo, conciliar carreiras profissionais dos cônjuges e a vida escolar dos filhos representa uma considerável dificuldade para a família dos profissionais militares, à parte seu amplo e exigente escopo de atividades. Assim, para dar a necessária cobertura de seguridade institucional aos profissionais militares, é preciso um grande esforço de fundamentação e aplicação de políticas públicas de assistência social a estes trabalhadores, o que normalmente não é uma tarefa simples.

Dedicamos este número da Revista Silva (2017/2) a explorar o tema das políticas públicas voltadas às instituições militares, não somente as Forças Armadas, mas também as Forças Auxiliares, que padecem de dificuldades muito próximas no que tange à proteção social de seus quadros.

Editado por Édison Gastaldo e Sabrina Celestino, este número apresenta três seções; na primeira, são apresentados artigos científicos sobre aspectos teóricos, legislativos e práticos das políticas públicas voltadas às instituições militares. No primeiro artigo, Sabrina Celestino explora conceitualmente a noção de política pública, estendendo-a às ações socioassistenciais gestadas em órgãos das próprias Forças Militares, dirigidas a seus públicos internos e, por vezes, a sociedade civil. Os desafios da intersectorialidade na aplicação de políticas públicas na Força Aérea Brasileira são abordados no artigo de Rita Emília Alves da Silva. Em seguida, Patrícia Helena Ribeiro de Souza Chagas e Andréa Chaves Albuquerque avaliam a trajetória da implementação de políticas públicas de assistência social no âmbito do Ministério da Defesa. O quarto artigo, de Nádia Xavier Moreira, Nasciara Nascimento Souza e Amanda Nascimento Lougon dos Santos, explora a trajetória da assistência social na Marinha do Brasil. Por fim, Jussara Francisca de Assis analisa o trabalho do Serviço de Saúde do Exército, sob o ponto de vista da atenção ao idoso, avaliando a atuação de uma Organização Militar na área de saúde face ao Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso.

Na segunda parte, publicamos relatos de experiências na área de políticas públicas e ações socioassistenciais nas Forças Militares, com contribuições de pesquisadores e profissionais vinculados ao Exército, Marinha, Força Aérea, Polícia Militar do Rio de Janeiro e Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro.

Na terceira parte, publicamos uma entrevista exclusiva com o General Selmo, Diretor da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Exército, em que, além de sua trajetória, são comentados os principais desafios e perspectivas para o desenvolvimento do “lado humano da Força”. Desejamos a todos uma boa leitura.
Os Editores